



Foto: César Teixeira

Agenda Parlamentar será entregue em fevereiro

Reunida no feriado do dia 15 de novembro, em João Pessoa-PB (foto acima), a Comissão de Assuntos Políticos AMB/CFM analisou uma série de Projetos de Lei visando a ampliação da Agenda Parlamentar da Saúde Respon-

sável. O documento, que já contempla 84 proposições prioritárias para a área médica, será entregue oficialmente ao Congresso Nacional no início de 2007, em virtude da renovação de 47% de deputados e senadores.

Dos novos Projetos de Lei avaliados na reunião, destaca-se o PL 7561/06, que eleva o valor da bolsa dos médicos residentes para R\$ 1.916,45, posteriormente aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. O PL 7534/06, referente ao Ato Químico, que agrega atividades do médico e do farmacêutico à função do químico, está apensado ao PL do Ato Farmacêutico e portanto encontra-se já em tramitação na Câmara.

VOCÊ SABIA?

- Que o PL 7161/06, que dispõe sobre ampliação da atuação dos consórcios para bens e serviços, poderá possibilitar a existência de consórcios em cirurgia plástica?
- Que a Mensagem do Executivo nº 626/06, submetida ao Congresso Nacional, possibilitará outorgar licenças temporárias de trabalho para médicos do Mercosul exercerem a profissão em território brasileiro?

O movimento dos residentes

Cerca de 14 mil dos 17 mil residentes do País entraram em greve no dia 1º de novembro em protesto contra a falta de reajuste no valor da bolsa residente. Há mais de um ano, os médicos residentes negociavam o reajuste com os Ministérios da Educação e da Saúde, sem nenhum avanço.

Vinte e três dias após o início da greve, que foi promovida pela ANMR – Associação Nacional dos Médicos Residentes – e lideranças em quase todos os Estados, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 7561/06, que reajusta em 30% o valor da bolsa dos médicos residentes de todo o Brasil a partir de 1º de janeiro, passando para R\$ 1.916,45, por regime especial de treinamento em serviço de 60 horas semanais. No Senado, o projeto também foi aprovado no dia 28 de novembro, sendo então encaminhado para a Presidência da República, onde foi sancionado no dia 6 de dezembro.

Além do reajuste conseguido, a categoria pleiteia também o cumprimento da carga horária determinada pelo MEC, de 60 horas semanais, incluindo dois plantões de doze horas (jornada que freqüentemente é extrapolada) e melhores condições para atender os pacientes.



Foto: Divulgação

Porto Alegre: manifestação dos residentes